[**Resenha: Os cristãos na resistência à ditadura**](http://www.brasil247.com/pt/blog/terezacruvinel/238983/Resenha-Os-crist%C3%A3os-na-resist%C3%AAncia-%C3%A0-ditadura.htm)

**18 de Junho de 2016**

Os movimentos pró-impeachment sumiram das ruas depois do golpe parlamentar de abril/maio mas, ainda em março, havia grupos nas ruas pedindo intervenção militar. Depois, cresceram os movimentos em defesa da democracia e da solução da crise pelo voto popular.  Ainda no ano passado, antes de tudo isso, o Brasil recordou os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 mas, pelo visto, nem todos tiraram lições.  Quando se faz tão necessária a memória da resistência à ditadura e da luta pela redemocratização, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz/CNBB, em parceria com a Comissão Nacional de Anistia, lança um livro fundamental: “Memória e Compromisso: a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e anistia política”.

Na quinta-feira passada,  dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral da CNBB, Carlos Moura (presidente) e demais membros da Comissão e representantes do Ministério da Justiça/Comissão de Anistia,  apresentaram o livro na sede da CNBB.  Não havia muita gente mas quem estava lá tinha compromisso com a preservação da memória, tão essencial à valorização da vitória da democracia sobre o autoritarismo,  graças à determinação de milhares de brasileiros que resistiram, alguns perdendo a própria no confronto com a força bruta. Muitos já partiram, muitos ainda estão entre nós, carregam cicatrizes mas não se furtam a compartilhar o que viveram, para que todos nos apropriemos do legado da construção democrática. Alguns se projetaram em diversos campos, outros seguiram a vida modesta e discretamente mas todos  são artífices da admirável, em alguns momentos trágica, travessia rumo um Brasil democrático, e por decorrência da democracia, mais justo.  Ao lado dos que se levantaram por convicções ideológicas estiveram muitos cristãos,  (não apenas os católicos), clérigos ou leigos, que fizeram da defesa dos direitos humanos e da denúncia da violência e da tortura uma expressão uma extensão de sua fé e compromisso com Deus. Dom Paulo Evaristo Arns e o Pastor Henry Sobel foram as expressões maiores deste engajamento. Juntamente com o rabino Henry Sobel viabilizaram o primeiro grande inventário dos crimes da ditadura, o projeto Brasil Nunca Mais.

O livro  não é vendido, pois foi patrocinado pelo projeto Marcas da Memória. Pode ser obtido no Ministério da Justiça/Comissão de Anistia e na CNBB/Comissão Brasileira de Justiça e Paz. São mais de 640 páginas de artigos e depoimentos sobre a atuação da Igreja Católica, de outras igrejas dos cristãos na resistência e na redemocratização. Eles resgatam, especialmente para os que não viveram o período,  tanto a ação de líderes religiosos proeminentes como D. Helder Câmara ou D. Waldyr Calheiros, como a de militantes de base engajados na resistência, através de organizações políticas ou religiosas.

O artigo do historiador Sergio Ricardo Coutinho é fundamental para a compreensão das divisões  e das diferentes tendências políticas e teológicas dentro da Igreja no período  1950-1970, que se refletirão nos diferentes e às vezes conflitantes posicionamentos políticos e concepções sobre o papel social dos cristãos.

Outro respeitado historiador, Paulo César Gomes, relata a evolução da Igreja Católica em relação ao regime militar. No primeiro momento, a Igreja apoiou o golpe de 1964 como uma ação necessária para impedir a instauração de um regime comunista,  apesar de sua ação progressista nos anos 60, quando surgiram organizações estudantis como a JEC e a JUC, a pastoral operária e a do campo.   Na medida em que o regime explicitou sua natureza e recrudesceu no autoritarismo,  perseguindo, torturando e matando adversários, a Igreja foi se afastando. Em 1970, estava na oposição, em defesa dos direitos humanos, da justiça social e da democracia. E a CNBB era seu comitê central.

O professor Cândido Mendes evoca o surgimento e evolução da própria Comissão de Justiça e Paz como espaço de atuação cívica de leigos e religiosos. Grimaldo Carneiro Zachariadhes revisita a atuação dos jesuítas,  a partir da criação dos Centros de Informação e Ação Social (CIAS). A congregação cria na Bahia o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), que se destacará pela publicação dos famosos Cadernos do CEAS, que veiculavam, artigos, estudos, pesquisas, entrevistas, enfim, acolhiam intelectuais e pensadores, não apenas católicos mas também marxistas e de outras tendências, preocupados com a realidade política e social do país.

O ex-deputado Emiliano José, a quem já muito devemos pela dedicação ao trabalho de preservação da memória política dos anos de chumbo, conta-nos um capítulo importante da resistência católica: “Mosteiro de Santo Bento, o profeta Dom Timóteo, a fé contra a espada da ditadura”. O titulo diz tudo. Naquele convento, estudantes e militantes perseguidos eram acolhidos, e mesmo lá a repressão fazia suas incursões.

Zilda Marcia Grícoli Iokoi, em sua artigo, mostra o encontro entre a Igreja e  as utopias que floresceram no século XX, encontro que se traduzirá no surgimento de organismos como a Pastoral da Terra,  inspiradora dos movimentos pela terra que surgiriam, como o MST e Contag.

Adroaldo Almeida revisita Manoel da Conceição, que era membro da Assembleia de Deus, e suas Ligas Camponesas.

Muitos são os relatos de militantes cristãos que foram presos, torturados, viveram na clandestinidade, contando com a ajuda de padres e bispos (como Dom Adriano Hipólito,  a quem devo acolhida em hora difícil, em seu Centro de Formação de Líderes de Nova Iguaçu). Alguns destes depoimentos são particularmente dolorosos, como o do protestante leigo Anivaldo Padilha. Ou o do católico Claudio Araújo. Ele e sua mulher foram presos e torturados, ela foi estuprada quatro vezes e engravidou. Libertados, o dilema: abortar ou ter a criança, filha de um monstro. Os sacerdotes amigos compreendiam o dilema mas não podiam concordar com o aborto. Quando já haviam decidido recebê-la com amor, ela perdeu a criança.

O Padre José Ernane Pinheiro traça um perfil antológico de D. Helder Câmara, sua dedicação aos pobres, a perseguição constante, as denúncias que fazia no exterior,  a tudo enfrentando com coragem sem perder a ternura.

E chegamos aos dias de hoje, em que mais que nunca, os herdeiros da democracia temem por sua consolidação. Frei Beto, que também dedicou parte de sua vasta produção intelectual à memória da longa noite autoritária,  adverte contra a amnésia nacional e o que ela tem de nefasto para a democracia. Sueli Aparecida Bellato também reitera que a memória é um dos pilares para o êxito de toda transição.  Ainda que tarde, ainda que os criminosos não tenham sido punidos, por força da anistia recíproca, diz ela, a Comissão Nacional da Verdade jogou a mais clara luz possível sobre tudo o que aconteceu, cabendo a todos nós, agora e sempre, continuar cavando no leito da História, para que seja conhecida e preservada.  O historiador Ayrton Fausto avalia em seu artigo os desafios da  democracia brasileira em 2015, quando foi escrito.

Muitas coisas aconteceram depois, neste ano vertiginoso de 2016, como o impeachment de viés golpista e a desconstrução, em pleno curso,  de muitas conquistas e avanços no campo social. Uma minoria aplaude, uma parte da sociedade reage e outra ainda parece anestesiada pela voragem da crise política que, derivada do necessário combate à corrupção, em alguns episódios atropela os marco do Estado de Direito.

A fé democrática, que venceu a ditadura, há de prevalecer também sobre as trepidações atuais. E para isso, a memória do que não deve retornar jamais será sempre um ponto de apoio seguro e inspirador. Vale a pena conhecer este livro monumental por seu compromisso com a verdade e com a História.